

CAPÍTULO 12

Silêncios impostos, estupros em família: sobre mães solteiras e "crias" espúrias

Jane Felipe Beltrão

Este capítulo retoma a história de duas mulheres, mãe e filha, que revelam um segredo terrível vivido por uma “mãe solteira” na primeira metade do século XX, em Belém (PA). O caso permite retomar questões sobre violência sexual no Brasil, revendo os modos de culpabilização das vítimas e as estratégias familiares usadas para garantir a honra da família. A moralidade de ontem permanece, a mudança não se fez sentir para mulheres estupradas e crianças descendentes da relação não consentida que deita fortes raízes e, a depender do tempo, se revela mais forte ou esmaecida pelo silêncio imposto às vítimas. Maria Angélica¹ era uma pessoa

1. Os nomes e os lugares utilizados no texto são todos fictícios, dada a imperiosa necessidade de preservar a identidade da família descrita, conforme rogou a narradora do caso.

discreta, sempre reservada. Convivemos durante quase três décadas, e a narrativa que apresento neste capítulo me foi contada em segredo. Após a narrativa, feita sob uma cortina de lágrimas, ela solicitou docemente que eu só divulgasse a história após “sua passagem”, pois o medo de represálias assaltava seus pensamentos. Afinal, ela era filha de um estupro e tinha vergonha do ocorrido com a mãe.

Disse-me Maria Angélica: “na casa de minha mãe eram seis irmãos, quatro mulheres e dois homens. Os meus avós eram fazendeiros no Marajó e possuíam alguns alqueires de terras, criavam gado e, à época, eram considerados pessoas ‘de posses’, não muitas”, como se dizia nos anos 50 do século XX.

“Eu sempre quis conhecer o Marajó”, disse-me Maria Angélica, mas minha mãe repetia sempre que “não queria mais transpor a baía, pois ficava amedrontada”. Jamais me conformei com aquela desculpa, repetia minha interlocutora, e se perguntava como se amedrontava? As desculpas da mãe pareciam sem sentido, mas com o passar dos anos “muitos fragmentos foram se juntando, um aqui outro ali”, os quais ofereceram a Maria Angélica os “fios perdidos da meada de linha”.

Mãe solteira, sinônimo de vida difícil²

Maria Angélica cresceu em meio a dificuldades, a mãe vivia sobre uma máquina de costura fazendo “roupas para

2. Hoje, é usual chamar as mulheres não casadas e com filhos/as de “mãe solo”, entretanto conservo aqui o vocabulário da época de Maria Angélica, assim mesmo, carregado de preconceito e que acarretou a dolorosa discriminação de Maria Flor e descendentes.

fora”, tinha algumas clientes, mas o grosso de seu trabalho era destinado às pequenas camisarias da cidade que terceirizavam algumas etapas da produção. Na casa eram três pessoas, a mãe, a filha e o irmão, um pouco mais velho que Maria Angélica, chamado José Maria. Moravam no subúrbio de Belém em uma casa humilde, nas imediações do bairro popular Terra Firme.

Muito cedo, Maria Flor internou seu filho e sua filha em escolas para crianças “órfãs de pai”, José Maria ficou em um educandário para meninos que Maria Angélica não mais lembrava o nome e ela foi interna no Instituto Santa Tereziinha, em Bragança (PA), para desespero da pequena “órfã de pai”, pois era difícil ver a mãe.³

Maria Angélica e José Maria não conseguiram permanecer nos educandários para órfãos, ela não lembra se a mãe não conseguia pagar as taxas – que não eram tão altas – ou se as traquinagens ou a discriminação sofrida por serem negros, mesmo sem se darem conta à época, fez a mãe desistir de educá-los nos orfanatos.

Desse modo, os irmãos não concluíram a instância escolar que hoje é chamada de ensino básico. Ela me disse que a obrigação de fazer caligrafia deixou-a dona de “letra desenhada”, mas o irmão não chegou a aprender a escrever

3. À época, chamava-se de “órfãos de pai” as crianças filhas de mãe solteira, “órfãos de pai e mãe” as crianças cujos genitores faleceram ou que tinham sido abandonadas na roda dos expostos ou em algum outro lugar. “Órfãos de mãe” eram crianças cujas mães poderiam ter falecido de parto. No caso dos “órfãos de pai”, não se supunha a morte do pai, mas a condição da mulher que supostamente atentou contra as normas vigentes, não interessando as razões da ausência paterna.

com letra cursiva. Assim, com o malogro da educação escolar, José Maria trabalhou desde cedo com transporte de cargas em carroças e carrinho de mão para ajudar em casa. Maria Angélica ajudava nas costuras fazendo o “serviço de mão” que as máquinas de costura da época não faziam. Hoje, me disse Maria Angélica, as máquinas só faltam falar, ninguém sabe mais o que é “serviço de mão”, que tomava um longo tempo e ela devia fazer rapidamente para poder entregar as roupas às freguesas/clientes.

Ninguém da família lhes estendia a mão. Maria Flor foi expulsa da casa dos pais quando ficou grávida pela primeira vez, jamais recebeu um pedaço da pequena fazenda dos pais. Esta foi herdada integralmente pela irmã mais velha. Com o tempo, os dois irmãos e as três irmãs de Maria Flor se casaram e, por conta dos filhos/as que deveriam estudar, vieram para Belém.

Maria Angélica estranhava a relação da mãe tanto com os irmãos quanto com as irmãs. Os irmãos iam, com alguma regularidade, à casa de Maria Flor. Entretanto, as irmãs, que mandavam chamá-la sempre que alguém adoecia e que eram pessoas “bem-sucedidas”, garantiam que Maria Flor entrasse sempre pela porta lateral ou, como se diz hoje, pela área de serviço. Elas nem sempre eram recebidas pelas parentas. Por mais próximas que fossem, as parentas tinham ascendido socialmente, e uma moradora da Terra Firme e mãe solteira só poderia prestar serviços às “embranquecidas” irmãs.

Outro motivo de estranheza em relação aos/às parentes/as, segundo Maria Angélica, era o fato de que, quando saíam do subúrbio e vieram para o centro da cidade, as re-

lações se modificaram. Inicialmente, ela atribuiu a mudança ao fato de Maria Flor ter se tornado uma modista de respeito e com uma razoável clientela.

Com o passar do tempo, um dos cunhados de Maria Flor, casado com Maria Dália, que era padrinho tanto de José Maria, como de Maria Angélica, passou a vir todos os dias à casa da família.

José Guilherme, casado com Maria Dália, passava bem cedo, vindo do Ver-o-Peso,⁴ e deixava o necessário para o almoço dos três. O padrinho repetiu o gesto até falecer. Maria Angélica julgava que o fato ocorria porque o viúvo sentia falta de Maria Dália e, ao conversar com Maria Flor, amenizava as saudades. As duas irmãs (Maria Flor e Maria Dália) eram muito parecidas aos olhos de Maria Angélica.

Minha interlocutora se interrogava a razão da visita e das dádivas. Maria Dália jamais tratou Maria Flor com deferência, pelo contrário, sempre discutiam e os encontros, não raras vezes, terminavam em choro. Ela também se interrogava porque as visitas se mantiveram quando a situação financeira da família tinha melhorado e as dádivas não eram necessárias como antes. O tempo foi passando, mas ela não desistiu de tentar entender.

Maria Angélica conseguiu um emprego de balconista em uma loja do centro comercial de Belém, e José Maria tornou-se vendedor. A vida mudou. Entretanto, alguns segredos se mantiveram, e Maria Angélica, sempre atenta, procurava desvendá-los. O maior deles era não saber quem era seu pai.

4. Mercado e feira onde os moradores de Belém faziam suas compras diárias até os anos 70 do século XX quando surgiram os supermercados e maiores facilidades para adquirir refrigeradores.

Descoberta infame

Na certidão de Maria Angélica e de José Maria, no item filiação, consta apenas o nome de Maria Flor. O irmão e a irmã tinham muita curiosidade de saber quem era o pai, mas a mãe sempre se esquivou e evitava falar sobre o assunto. Maria Angélica, desconfiada, revirava papéis em busca de algo que lhe permitisse saber quem era seu pai. Ela tanto pediu à mãe que acabou descobrindo o nome do pai. Entretanto, a descoberta foi desesperadora.

Maria Flor, mais idosa, depois de ter perdido as irmãs, na altura dos seus 80 anos, avó de netos e netas, decidiu que era chegada a hora de contar à filha o segredo de uma vida. Maria Angélica finalmente saberia quem era o pai.

Disse-me Maria Angélica, “ela sentou em sua cadeira de embalo, próximo da janela, a luz do sol iluminava o rosto e os cabelos prateados pelo tempo e falou: minha filha querida, vou contar quem é o pai de vocês, mas você e meu José não vão gostar e talvez até passem a me desprezar”.

Chorou um pouco e começou, “o pai de vocês não era um homem bom, não teve coragem de assumir vocês... Eu namorei com ele por um tempo, mas a Maria Dália era a minha irmã caçula e sempre foi formosa, quando ele a conheceu me deixou de lado.”

A mãe, com a voz embargada, continuou:

meu pai fez gosto, minha mãe apoiou, o que eu podia fazer? A minha irmã Maria Cândida era gêmea de Maria Dália e namorava com o irmão do pai de vocês que também era gêmeo com

ele... Todos achavam lindo e, depois, casar "gêmeas com gêmeos", era muita coincidência, era "coisa de destino". O que eu ia dizer? Falavam até que era "mandado do céu". Como ninguém sabia que eu tinha namorado com José Guilherme, calei, chorava pelos cantos e quando alguém perguntava eu respondia que chorava porque minhas irmãs vão casar e eu vou ficar só, todos se vão e eu fico.

Maria Angélica disse-me que a mãe estava lívida e muito emocionada. E ela perguntou: o meu pai é meu padrinho José Guilherme? A mãe aquiesceu. A história começava a ser desvendada. A mãe, com muita dificuldade, confessou o segredo que guardou a sete chaves durante sessenta anos.

E se transportou para o "tempo que se foi" e disse:

o casamento das minhas irmãs foi completo e dentro da pompa e circunstância que, à época, eram permitidas em uma fazenda marajoara com as posses dos meus pais e da família dos noivos. Teve de tudo um pouco, as pessoas estavam felizes, assistiram o ritual, dançaram, comeram e beberam, mas eu tive de esconder minha tristeza, na verdade meu "desencantamento" com o pai de vocês.

Como a festa terminou tarde, as pessoas que não voltaram para suas casas se deixaram ficar pelo terreiro da fazenda e se distribuíram pelos muitos quartos e pelo avarandado da casa.

Escondida, Maria Flor foi descoberta pelo agora cunhado e antigo namorado, o qual conseguiu enganá-la uma vez mais e, longe das vistas de convidados/as, fez juras de amor que ela pouco acreditou, mas era apaixonada. José Guilherme insistiu para tê-la consigo, mas ela resistia. Acontece que, bêbado, arrancou as roupas de Maria Flor, ali mesmo na “quebrada do terreiro”, forçou a relação, ela quis gritar, mas o bruto lhe tapou a boca e, como um animal resfolegando, promoveu a noite de núpcias com ela. A irmã não teve a chance de usar, como se dizia no passado, a “camisola do dia” e nem de desfrutar do marido, pois este estava desfrutando sem consentimento de sua irmã.⁵

Maria Flor quase enlouqueceu, pois o José Guilherme que ela conheceu era amável. Na verdade, ela foi possuída de forma truculenta por alguém que enganou as duas irmãs. O dia do casamento se encerrou tragicamente para a mãe de Maria Angélica. Como tinha o corpo arranhado e roxo pela violência, pois foi posta contra uma parede de chapisco,⁶ passou a esconder-se. Como as irmãs permane-

5. Sobre a brutalidade dos homens ao praticarem o estupro, conferir: Beltrão (2016a, 2016b, 2017) e, ainda, Beltrão, Barata e Aleixo (2017), textos nos quais apresentamos as violências cometidas contra meninas e jovens indígenas e quilombolas, cuja saga se diferencia da situação de Maria Flor no que diz respeito à reação diante de seus algozes.

6. Parede irregular e rugosa pronta para receber as demais camadas de argamassa que, aplicada sobre a alvenaria, recebe depois a aplicação do emboço para regularizar a superfície do chapisco e por último receber o reboco, camada de acabamento que torna a parede lisa. Durante os anos 50 e 60 do século passado, nem todos os construtores tinham condições de proceder o acabamento, e a barra mais próxima do chão permanecia sem acabamento. No Pará, esse tipo de parede chama-se “biribá”, por lembrar a rugosidade da casca da fruta.

ceram na fazenda, o almozinho continuou a procurar Maria Flor, que tinha pavor de vê-lo por perto. Ela foi estuprada todas as noites em que não conseguiu fugir de José Guilherme. Perdeu a conta de quantas vezes disse não.

Maria Angélica me disse que, se tivesse adivinhado, não teria perguntado tanto pelo pai que não conhecia. Preferia ter ficado com a figura do padrinho que lhe fazia mimos.

Passado uns meses, o resultado dos sucessivos estupro apareceu, Maria Flor estava grávida do filho que veio a chamar-se José Maria e tudo veio à tona. Maria Dália também engravidou do marido, o pai – senhor José Alcebíades – era pessoa severa e a todos ameaçou. Como Maria Flor não saía de casa, ela foi submetida a rigoroso interrogatório na frente de toda a família. Foi demasiado constrangedor e a menina acabou apontando o seu “infelicitador”.⁷ Como ele era casado com Maria Dália, a irmã e o marido se protegeram acusando Maria Flor de “ficar se assanhando” para José Guilherme e, assim, como me disse Maria Angélica, a mãe quase foi “apedrejada como Maria Madalena”.

Para encurtar a história, Maria Flor foi expulsa de casa e abandonada à própria sorte com 20 anos.

A mãe de José Maria, com ele no ventre, foi ajudada – às escondidas dos pais – pelo irmão André e veio a Belém. Instalou-se na capital e, sem estudos, começou a costurar para pagar as contas. A gravidez a deixou cheia de proble-

7. Vocábulo utilizado na primeira metade do século XX para designar o defloramento de uma menina/mulher virgem antes do casamento, o fato tinha resultado drástico para a “infelicitada”, pois a tradição machista exigia que as meninas se casassem virgens, sob pena de serem devolvidas à família de origem, caso escondessem o fato do marido.

mas pelos enjoos e pela desnutrição, dada a mudança da alimentação, pois na fazenda comia proteína, tinha leite e queijo frescos. Na cidade, o “de comer” era escasso. As dificuldades se somavam dia após dia, e nossa protagonista teve o primeiro filho na Santa Casa de Misericórdia, como indigente, e assim foi sobrevivendo, como informou a filha.

A filha, mesmo indignada com a narrativa, perguntou quase que em surdina: e eu, como nasci? A mãe, alquebrada pela emoção e vendo a filha em prantos, disse docemente: “vou parar, amanhã conto sobre você. Deixe-me dormir, estou exausta.”

Maria Flor, segundo a narrativa de Maria Angélica, não dormiu tranquila, parecia sonhar, meio desassossegada, parecia que chorava e soluçava. A filha se “maldisse”, afinal provocou a mãe e se martirizava com o assunto. Ela se interrogava se não teria sido melhor ficar sem saber do pai, pois agora a figura supostamente bondosa do padrinho tinha “pés de barro” e se quebrou com a narrativa de Maria Flor.

No dia seguinte, a mãe acordou cedo e, ao sentar-se com a filha para tomar café, continuou a triste narrativa. Disse Maria Flor que, quando veio escorraçada para Belém, ficou um tempo longe das ameaças de José Guilherme, mas quando a irmã e o marido se mudaram para Belém, o tormento tornou-se mais amiúde. As casas eram distantes uma da outra, fato que permitia a José Guilherme continuar o assédio sexual impunemente, pois ela morava sozinha com José Maria, seu primeiro filho.

Maria Angélica narrou que a mãe ainda tremia contando o acontecido. A mãe soluçava ao lembrar e narrar as ocor-

rências. Dois anos após a chegada da irmã e do marido, ela engravidou de Maria Angélica, a saga acontecida com José Maria se repetiu com o nascimento da minha interlocutora.

José Guilherme ainda exigiu ser padrinho de Maria Angélica. Minha interlocutora declarou que se o dito padrinho/pai e a tia estivessem vivos, ela teria, talvez, desatinado. Felizmente, eles tinham partido há alguns anos. Ela olhou fixamente para mim e disse: “tive um criminoso como pai... e padrinho e madrinha também criminosos. Quanta afronta... que falta de caráter e, sobretudo, de humanidade”. Sempre que Maria Angélica me contava um pouco da saga, se emocionava e chorava muito.

Retalhos mal-ajambrados

Quando conheci Maria Angélica, não me dei conta do quão amargurada era a sua vida. Depois de anos de convivência, fui descobrindo aos poucos os fragmentos da vida que ela insistia em buscar considerando a necessidade de encontrar razão para o que aconteceu à mãe. Pouco a pouco, me apresentou os retalhos, talvez não todos, mas o suficiente para montar uma colcha daquelas que Maria Flor ajambrava com os retalhos que sobravam das roupas que produzia. Colchas que serviam de coberta à filha e ao filho na barraca⁸ da Terra Firme.

8. Toda casa “modesta” coberta de palha com paredes emboçadas, localizada nos subúrbios da cidade de Belém no Pará, era chamada de barraca. Casa coberta com palha em duas águas, de porta e janela e ao fundo um pequeno quintal.

A “menina curiosa”, que tornando-se madura um dia descobriu a verdade, juntou, na esperança de aplacar seu sofrimento, cada retalho que a vida se encarregou de espalhar. Tomando os fios da dor, reuniu um a um, emendou-os e fez o “rosário de penas” que ela acreditava que ia desfiando, como no fado, e “chorava a cantar”.⁹

Certo dia, Maria Angélica me “encheu de perguntas”. Interrogou-me porque sua mãe passou por aquelas situações. Ela desejava escrever a história, mas tinha medo de expor uma vez mais a mãe, afinal, mesmo Maria Flor, Maria Dália e José Guilherme terem partido, existiam os/as primos/as, o irmão, os filhos/as e agora os netos/as. Ela me disse: não vão crer no que digo, vão achar que estou “caduca”, variando pela idade.

Maria Angélica não queria revelar o segredo “por revelar”, queria que as pessoas pensassem sobre a crueldade do caso, pensava que as muitas “órfãs de pai” com quem conviveu no internato podiam ser fruto de histórias semelhantes. Sua mãe ao narrar asseverou que o fato acontecia com muitas meninas no seu tempo de mocidade e que elas viviam amarguradas pelo abandono, mas não confessavam os casos, tinham muita vergonha e sentiam-se culpadas pelo desenlace dos fatos. A filha insistiu que ela revelasse outros casos, mas Maria Flor silenciou, disse que não tinha o direito de contar as histórias de outras mulheres, elas não lhe pertenciam. Muitas narrativas foram feitas como confidências em momentos de dor, de doença das crianças, ou relembando a expulsão da casa dos pais, pois como disse

9. Alguns dias, quando a tristeza lhe assaltava, ela ouvia a canção *Foi Deus*, na voz de Amália Rodrigues (Foi Deus, 1992).

Maria Flor: “mulher é sempre culpada, ninguém ouve o que se diz, meus pais não me deixaram explicar”. Na verdade, José Guilherme era casado com Maria Dália e não convinha aos pais romper a aliança, afinal seriam dois “escândalos”. O caso de Maria Flor era mais fácil de abafar, expulsando-a de casa, sem chance de dizer nada sobre o acontecido.

Penso que Maria Angélica sugeria que eu, como pesquisadora, a partir de uma história particular cuja protagonista era sua mãe, examinasse as questões de fundo que o relato contemplava. Considerando a insistência de Maria Flor em apontar outros casos, mas silenciar sobre os nomes das mulheres constrangidas e pensar nas inúmeras meninas internas colegas de Maria Angélica, as questões de fundo estavam em tese expostas, como fraturas. Perguntei os nomes das demais “órfãs de pai”, entretanto minha interlocutora foi discreta, arrolou uma meia dúzia de nomes, mas evitou revelar os sobrenomes.¹⁰ Talvez se eu tivesse insistido um pouco mais, teria descoberto os nomes que Maria Angélica se negou a revelar. Entretanto, achei, à época, que não deveria provocar outras narrativas, pois elas eram demasiado doloridas para alguém que revelou a mim um segredo tão estarrecedor.

10. Para inventariar os nomes, eu teria que ir ao Instituto Santa Therezinha, em Bragança (PA), e obter autorização para pesquisar os arquivos contemporâneos à internação de Maria Angélica. Entretanto, como antropóloga, sei que as ocorrências são muitas, no passado elas eram ocultadas, hoje elas são denunciadas e, segundo o noticiário, o Brasil registrou, em 2019, pelo menos um caso de estupro coletivo a cada 100 minutos. Podemos contar também com a possibilidade de subnotificação, pois os dados são do Ministério da Saúde. No Pará, entre 2011 e 2019, 1231 casos foram registrados, todos com mais de um envolvido. “Os números podem ser maiores, já que muitas vítimas preferem esquecer tudo que passaram a procurar uma delegacia ou hospital” (Souto, 2021).

A trama dos retalhos da colcha

Segundo a legislação brasileira, o crime de estupro é definido como qualquer conduta, com emprego de violência ou grave ameaça, que atente contra a dignidade e a liberdade sexual de alguém. O elemento mais importante para caracterizar esse crime é a ausência de consentimento da vítima, caso de Maria Flor.

A trama da colcha tecida pela mãe de Maria Angélica, ao unir retalhos “da vida”, traz impressa os muitos crimes perpetrados contra essa mulher nascida na virada do século XIX para o XX. A guarda do segredo, por tantos anos, parece ter observado a necessidade de proteger seu filho e sua filha, que eram crianças consideradas “espúrias”, “bastardas” ou “órfãs de pai”, fruto de relações de parentesco subestimadas (depreciadas ou espúrias).

Maria Flor considerava uma sorte ter saído viva do episódio, pois “crimes de honra” costumam ser lavados com o sangue de quem ousa praticá-lo. A suposta sorte que Maria Flor atribuía a si deixa o estupro para trás. Ela, provavelmente, chamou a si a versão relativa ao “manchar a honra” da família (Corrêa; Souza, 2006).¹¹

A estratégia de enfrentamento da situação, levada a efeito por Maria Flor, parece ter sido estabelecer uma trégua

11. Conferir a excelente coletânea organizada por Mariza Corrêa e Érica Renata de Souza (2006), a partir de um encontro internacional, do qual participaram pesquisadoras de diversas partes do mundo que apresentaram seus trabalhos sob a perspectiva de estabelecer comparações a respeito dos “crimes de honra” que produzem violência contra as mulheres.

com os diversos núcleos domésticos com os quais conviveu, e quem sabe por considerar que, discriminada e longe da família de origem, fosse possível sobreviver. Talvez, para ela, o estupro produzisse dor, mas nada comparável ao “crime de honra” que os parentes consanguíneos e afins imputaram a ela ao expulsarem-na da casa da família de origem. A morte física não ocorreu, mas é possível afirmar que a “morte social” se consumou.

Os pressupostos parecem complementares. Inicialmente, os retalhos tingidos de púrpura pelo “sangue derramado”, em face da violência e da brutalidade dos muitos estupros pelos quais a protagonista da narrativa passa, tornam-se arroxeados pelas marcas indeléveis que a violência deixou no corpo e na memória de Maria Flor, com nuances rubras pela vergonha. Afinal, duas irmãs terem filhos/as de um mesmo homem, o qual era marido de uma delas e a outra era tomada como a “leviana”, para dizer pouco, era no início do século XX um escândalo que poderia ser classificado como incesto e adultério.

Na paleta de cores das dores impostas à protagonista, o bege se faz presente e diz respeito às diversas oportunidades em que foi humilhada pelos/as parentes ou por desconhecidos/as com quem interagiu. Mesmo guardando o segredo por muitos anos, uma mulher solteira e com filhos era alvo de suspeitas, pois representava um perigo às demais famílias. O fato de Maria Flor não ter sido morta produziu penas severas a quem supostamente foi permitida a vida.

O pai e o cunhado de Maria Flor, mesmo não tendo reagido, como se costumava dizer no Brasil até o início do sé-

culo XXI, em *legítima defesa da honra* ou *sob violenta emoção*, culpabilizaram a vítima do estupro garantindo a total impunibilidade do algoz (Pimentel; Pandjarian; Belloque, 2006). Algoz que ainda se permitia ser “generoso”, levando diariamente óbolos aos filhos que não assumiu, o que por certo produzia abertura da ferida de Maria Flor, que muitas vezes resmungava sobre as visitas do cunhado. Resmungos pouco entendidos pelos filhos, pois José Guilherme encarnava então a figura do padrinho bondoso.

Douradas são as nuances do enfrentamento da situação por Maria Flor, que, por ter segurado, entre os dentes, a raiva de seus algozes, permitiu que os filhos considerados espúrios constituíssem suas famílias longe do anátema que se abateu sobre ela. Como religiosa que foi, nossa protagonista tentou expiar seus pecados que pareciam ser muitos: infidelidade, incesto, adultério e desonra da família. Maria Angélica confessou que a mãe frequentava a Igreja Católica e, contrita, rezava durante as missas e festividades, nessas oportunidades parecia feliz, embora no cotidiano fosse uma pessoa considerada de mau humor.

Em uma de nossas conversas, brinquei com Maria Angélica dizendo-lhe que o mau humor poderia ser uma forma de proteger-se do mundo e dos homens. Maria Flor era uma negra linda aos olhos da filha,¹² que teve muitos admi-

12. A afirmação de Maria Angélica permitiria uma análise mais aprofundada da questão racial, caso, em outros momentos da narrativa, as referências raciais associadas à sexualidade e gênero fossem mais presentes. Entretanto, penso que vale trazer a lume que, desde os trabalhos de Sonia Maria Giacomini (1988) sobre “mulher e escrava”, chegando às referências de “raça, gênero e sexualidade no embate colonial” de Anne McClintock (2010), as relações de po-

radores, mas não se permitiu “contrair núpcias”, como dizia, não era para o “seu bico”, para sua vida! Morreu “de velhice” e, como se dizia antanho, caduca, caduca, sem se dar conta do mundo a sua volta, aos 85 anos. E como disse Maria Angélica: “foi na paz!”.

Narrativa final sobre crimes em família

Com as mudanças legais recentes, os crimes em família, ao serem revelados, não mais permitem a realização de justiça por morte dos autores e nem a prescrição e falta de provas. O caso de Maria Flor é emblemático da virada do século XIX para o século XX, mas podemos encontrar casos semelhantes ainda no século XXI.

As mulheres – meninas e jovens – continuam a enfrentar, muitas vezes sozinhas, situações de violência que as envergonham. Mesmo considerando que os “delitos contra a honra e os bons costumes” passam a ser nomeados como “delitos contra a liberdade sexual ou a integridade sexual” e que haja leis novas, como a que tipifica o crime de importunação sexual, os regulamentos de assédio e outros tantos instrumentos legais, a sociedade ainda é machista. É possível afirmar que os “crimes de honra” exigem, para serem compreendidos, a possibilidade de trabalhar a interseccionalidade, como indica Kimberlé Crenshaw (1991). No caso de Maria Flor, como se pode inferir pelo depoimento da in-

der colonial que permeiam o cotidiano de mulheres negras estão postas e desembaraçar-se delas, na virada do século XIX para o XX, não seria tarefa fácil para Maria Flor que, talvez, aos olhos de muitos homens fosse objeto de cobiça sexual.

terlocutora, há relações assimétricas entre os protagonistas da violência, nas quais a hierarquia patriarcal se faz presente. A questão racial permeia as relações estabelecidas, pois Maria Angélica considera que a mãe era uma “negra linda”, que parece ter sido admirada por muitos. Não há referência à cor da pele dos demais protagonistas, mas a pessoa negra foi “desamparada” por muitos, fato que indica não apenas a presença de discriminação racial, mas também uma associação com a discriminação de gênero.

O sistema jurídico vigente no Brasil ainda se encontra impregnado de concepções como “mulher honesta”, “mulher virgem”, em que pese todo o esforço dos movimentos feministas e as mudanças na letra da lei. As concepções apontadas evidentemente não são os únicos entraves à restauração dos direitos humanos das mulheres, pois para além das concepções possuímos legislação e decisões jurisprudenciais marcadas pela impunidade dos agressores, incorporação de estereótipos, preconceitos e discriminações à demandante.

Se o caso de Maria Flor tivesse sido julgado, provavelmente ela seria tomada como uma mulher não honesta, pois o relacionamento com José Guilherme, antes do primeiro estupro, não era do conhecimento dos pais. O relacionamento com Maria Dália parece premeditado, pelo algoz, para usufruir das duas irmãs sem maiores admoestações. O que “atrapalhou” os planos de José Guilherme foi a gravidez de Maria Flor. Assim, a acusação de leviandade, infidelidade e adultério contra a jovem teria salvado o casamento de Maria Dália, e a expulsão de Maria Flor teria lavado a honra da família Silva.

Suspeito que o estupro de Maria Flor no dia do casamento de Maria Dália jamais tenha vindo à mesa de “reunião”, que pode ser qualificada de inquisitorial, feita entre os membros da família Silva. Nos casos de “crimes de honra”, o que importa é a restauração da honra familiar, especialmente considerando as sociedades de pequeno porte e as relações de poder da família. Por certo, no dia da reunião, não existiam convidados/as à mesa, como no dia do casamento, e a distância entre as propriedades facilitava a tomada de decisão e a sua ocultação.

Pela coerção patriarcal presente na decisão, cada membro da família teve um papel, para alguns a indignação e a violência contra Maria Flor, para outros a resignação aplacada pela expulsão da “mulher pouco séria”, caso de Maria Dália e do próprio criminoso. Para André, restou acobertar a irmã e fazer cumprir a expulsão conduzindo-a para Belém. É possível que mesmo a viagem e a instalação de Maria Flor no bairro da Terra Firme, em Belém, tenham sido financiadas pelo patriarca da família, José Alcebíades, afinal era necessário afastar dos campos do Marajó as marcas da suposta desonra.

As considerações que apresento, à guisa de conclusão, são pressuposições colhidas a partir de outros relatos de meninas e jovens que, como Maria Flor, foram tomadas como culpadas das situações de violência que enfrentaram.

Com sugere Natalia León Galarza (2006), a honra foi e é uma mediação de natureza ideológica para a prática de violência de gênero, a qual se fundamenta na postulação de que a honra masculina é balizada pelo comportamento

sexual das mulheres, mesmo que a mulher seja vítima de estupro. O pacto fraterno intrafamiliar parece oscilar entre a violência e o respeito, marcado pela ausência de sororidade feminina, visto que minada pelo patriarcalismo. A permanência de longa duração dos casos de mulheres em situação de violência parece indicar que pouco mudou quando se trata do estatuto social da mulher, a tutela parece não ter sido modificada, em que pese as lutas feministas.

Os “crimes de honra” ainda produzem assassinatos reais ou simbólicos de mulheres, por formarem, como ensina Hoda Rouhana (2006), um padrão que atravessa comunidades, culturas, castas, estamentos, classes, religiões e nações e por apresentarem como resultado o controle da autonomia das mulheres.

Referências

BELTRÃO, Jane Felipe. Cunhatãs de uso comum, segredos guardados em Igaçabas ou direitos de indígenas meninas violadas. In: VELLOSO, Elísio Augusto; FONSECA, Luciana Costa; CHICHOVSKI, Patrícia Blagitz (org.). *Direitos humanos na Amazônia*. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017. p. 89-106.

BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas e quilombolas: crianças em circulação ou em situação de violência? *Mundaú*, Maceió, n. 1, p. 91-102, 2016a.

BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas e quilombolas em situação de violência: como garantir direitos diferenciados? *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 204-213, 2016b.

BELTRÃO, Jane Felipe; BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco; ALEIXO, Mariah Torres. Corporeidades silenciadas: refle-

xões sobre as narrativas de mulheres violadas. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 592-615, 2017.

CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata (org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"*. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

FOI DEUS. Intérprete: Amália Rodrigues. Compositor: Alberto Fialho Janes. *In: ABBEY Road 1952*. Intérprete: Amália Rodrigues. [S. l.]: Valentim de Carvalho, 1992. 1 CD, faixa 1.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

LÉON GALARZA, Natalia Catalina. Honor y violencia conyugal: rupturas, desplazamientos y continuidade. *In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata (org.). Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"*. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006. p. 209-238.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

PIMENTEL, Sílvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. "Legítima defesa da honra". Ilegítima impunidade de assassinos: um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. *In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata (org.). Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"*. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006. p. 65-134.

ROUHANA, Hoda. Crimes de honra. Perspectivas das mulheres que vivem sob a lei muçulmana. *In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata (org.). Vida em família: uma perspectiva*

comparativa sobre "crimes de honra". Campinas: Pagu/Unicamp, 2006. p. 373-387.

SOUTO, Luiza. Violência contra a mulher. *Universa UOL*, 11 maio 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/11/estupro-coletivo.htm>. Acesso em: 11 maio 2021.